



O caráter multiconceitual e ubíquo da “igualdade” no debate ético da modernidade e implicações metodológicas para a pesquisa social normativa

The multiconceptual and ubiquitous character of “equality” in modernity’s ethical debate and methodological implications for normative social research

Pedro Bermond Valls¹

Solange Regina Marin²

RESUMO: Buscamos substanciar e explorar as implicações do argumento de Amartya Sen (1992), que considera a igualdade como uma demanda subjacente à maior parte das teorias éticas da modernidade, em posições distintas do espectro político. O argumento é confirmado após uma examinação mais ampla? Sustentamos que a noção de igualdade, quando sondada entre diferentes posições éticas, tende enfaticamente para um caráter multiconceitual e ubíquo, ainda que não perfeitamente. Para defender essa hipótese, revisamos uma série de argumentos em diversas tradições filosóficas ocidentais, buscando identificar demandas de universalidade ou demandas parciais por igualdade. Concluimos que, aceito como verdadeiro, o argumento teria relevância metodológica, em especial para pesquisadores nas ciências econômicas, que por vezes rejeitam a validade normativa da categoria “igualdade” (ATKINSON, 2014; MILANOVIC, 2007) ou resumem sua mensuração e promoção ao espaço da renda (SEN, 1992).

Palavras-chave: Igualdade. Amartya Sen. Ética.

¹ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina. Email: pedrobermondv@gmail.com

² Professora Adjunta da Universidade Federal de Santa Maria. Doutora em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná.



ABSTRACT: This work seeks to substantiate and explore the implications of Amartya Sen's (1992) argument, which considers equality a subjacent demand on most part of modernity's ethical theorizations, on distinct positions of the political spectrum. Does the argument hold after scrutiny? We propose that the notion of equality, when probed between different ethical positions, tends emphatically to a multiconceptual and ubiquitous character, although not perfectly. To defend this hypothesis, we go through a series of arguments from various western philosophical traditions, seeking to identify demands of universality or partial demands for equality. We conclude that, being true, the argument has methodological relevance, especially for researchers in the economic sciences, since some reject the normative validity of the "equality" category (ATKINSON, 2014) or reduce its measurement and promotion to the space of income (SEN, 1992).

Keywords: Equality. Amartya Sen. Ethics.

Introdução

Para Amartya Sen (1992) o debate que tenta responder "por que igualdade?" é infrutífero, afinal teorias éticas quase sempre incluem demandas por princípios igualitários, implícitas ou explícitas. Isso inclui doutrinas que são consideradas anti-igualitárias (NOZICK, 1974). Urge que a maior parte dos debatedores se voltem a contender "igualdade de quê?", assumindo a igualdade subjacente de suas posições.

É problemático o tratamento da igualdade como (i) conceito monolítico na política e ética, (ii) como objeto propositivo de apenas algumas orientações políticas semelhantes (geralmente progressistas, reformistas, socialistas, etc.) ou (iii) como fenômeno que há de ser mensurado e avaliado apenas em termos de renda ou riqueza. A crítica dessas três abordagens reducionistas está presente no trabalho de Sen (1992).

Outro autor que segue uma linha próxima é Ronald Dworkin (1985), afirmando que grande parte das teorias sobre moralidade política estão alinhadas no fato de que buscam responder quais as implicações de um Estado que trata seus cidadãos com "igual consideração e respeito", ou seja, respeitando uma igualdade moral.



Nossa sugestão para robustecer esta tendência argumentativa são as proposições de que (i) quando explícitas no discurso ético, noções de igualdade (significantes) podem ser conceituadas de maneiras diversas (ter significados diversos), e (ii) quando incluímos também as noções implícitas, de fato, a igualdade vai ser quase sempre encontrada em teorias éticas. Segue que a igualdade como elemento da teorização ético-política tende a ser multiconceitual (neologismo nosso) e ubíqua. Em seguida revisamos argumentos em tradições filosóficas diversas, para sustentar essas proposições.

Revisão de argumentos

Um dos primeiros filósofos da idade moderna europeia que dá destaque às relações de igualdade em suas teorias é John Locke (2003). Se projetando como crítico do absolutismo monárquico, ele afirma que os direitos naturais derivados da lei natural - cuja defesa confere legitimidade ao Estado, na medida que se estima um potencial consenso contratual - são válidos igualmente para todos os cidadãos, ricos ou pobres.

Esta proposição de iguais direitos, ou igualdade legal, está inclusa em projetos éticos da Europa moderna, liberais e iluministas. A teoria marxista se põe crítica destas formulações, daquilo que seria uma falsa igualdade. Portanto, mais esforços são despendidos para descrever as profundas desigualdades sociais escondidas por trás de uma igualdade meramente formalista (ENGELS, 2015; WOOD, 2014).

No entanto, Pereira (2013) busca explicitar o perfil de um objetivo igualitário implícito em Marx e Engels. A chamada “igualdade social substantiva” deve ser uma realidade derivada das condições de uma sociedade sem classes, onde essa ausência determina igualdade de posições socioeconômicas. Nesse contexto, a oportunidade de desenvolver o próprio trabalho, e usufruir de todo seu produto, é igual para todos.

O contratualismo retorna no século 20 com os trabalhos de Robert Nozick (1974) e John Rawls (1999). O primeiro autor serve-se dos escritos de Locke para refletir sobre a possibilidade de resolução dos problemas do estado de natureza. Ele conclui que associações de caráter estatal surgiriam inevitavelmente e seria contraditório com a preeminência do direito natural negar uma garantia universal, igual para todos, dos direitos negativos lockeanos (vida, propriedade e liberdade), mesmo que através de uma função redistributiva deste Estado (NOZICK, 1974). O segundo autor, por sua vez, inaugura uma



tradição de maiores demandas igualitárias no liberalismo teórico, reconfigurando o cenário deliberativo do contrato social. A chamada “posição inicial” estabelece um processo decisório negociado entre partes iguais que desconhecem as circunstâncias inegáveis de suas vidas, mas que haverão de retornar a elas. Assim sendo, a chance de viver qualquer circunstância de vida potencial à sociedade existe igualmente para todos, o que garantiria uma decisão em prol de instituições igualitárias, que estão pessoalmente preocupadas com aqueles nas piores condições do acaso (RAWLS, 1999).

Normalmente a ética utilitária é tida como uma teoria insensível à justiça distributiva. Brandt (1979) defende os desenvolvimentos desta vertente que harmonizam a maximização com a igualdade, na medida em que reconhecem a utilidade marginal decrescente da renda e um imperativo em prol de transferências públicas igualitárias, dado que não é plausível comparar curvas de utilidade individuais.

Martha Nussbaum (2003, 1992), em seu “essencialismo aristotélico”, desenvolve duas listagens objetivas, uma sobre bens humanos aplicáveis independente de contextos sociais e outra sobre capacitações³ propícias para atingirmos esses bens. As capacitações listadas haveriam de ser promovidas partindo ou de princípios de suficiência igualitária, todos têm o suficiente para atingir a capacitação, ou proximidade igualitária, todos têm uma quantia próxima ou estritamente igual desta capacitação.

Existem expoentes teóricos da ética clássica, mais precisamente da ética das virtudes, na contemporaneidade. A potencial defesa da igualdade entre os comunitaristas, descritos por Lund (1993), e os neo-aristotélicos (MACINTYRE, 2007) será instrumental; serve como suporte para realizar o igual interesse de todos os cidadãos no florescer humano, adquirido através do cultivo das virtudes. Autores comunitaristas são mais explícitos na defesa de políticas públicas igualitárias, no entanto não é incongruente supor que conservadores desta linha as defendam como meio para cultivar coesão social.

Considerações finais

Acreditamos que esta revisão foi capaz de abranger diversas tendências éticas, articuladas por vezes em oposição umas às outras, mas não obstante portadoras de algum

³ Para detalhes sobre a abordagem das capacitações ver Nussbaum (2003) e Sen (1992)



princípio igualitário subjacente. O resultado indica que Sen (1992) apresentou um argumento forte pelo abandono da maior parte do debate teórico-político que põe em contenção a validade normativa da categoria igualdade, quando aplicada em pesquisa social, políticas públicas e no discurso político.

Se pensar o mundo através de uma lente ética é lugar comum então certamente existem uma variedade de perspectivas da igualdade que interessam aos pesquisadores sociais analisar. Talvez o argumento seja especialmente pertinente para os economistas. Atkinson (2015) observa que a desigualdade foi um tema negligenciado pelos economistas até décadas recentes. Milanovic (2007) conta como, ao se apresentar como um pesquisador de desigualdades, ouvia de colegas economistas: “Por que devemos nos importar?”. O fato é que, por mais desinteressado em teoria ética que seja, o economista provavelmente carrega uma intuição normativa consigo e, utilitária ou deontológica, ela provavelmente possui uma forma de igualdade subjacente.

Segue que a mensuração e promoção desta igualdade se torna válida e desejável e, partindo de outra parte da crítica de Sen (1992), provavelmente não se resume à renda. Se ao pesquisador importam iguais tratamentos institucionais (e.g. direitos, liberdades), diferenças de renda não são o único obstáculo possível⁴; se lhe importa o igual acesso à saúde, precisa analisar a dinâmica de conversão da renda em saúde⁵, a nível regional ou individual. Se reconhecemos que a ética da igualdade tende a ser multiconceitual e ubíqua, nos servirá também reconhecer a complexidade necessária à sua análise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATKINSON, Anthony. *Desigualdade: o que pode ser feito?* Tradução: Elisa Câmara. São Paulo: LeYa, 2015.

BRANDT, Richard B. 1979. *A Theory of the Good and the Right*. Oxford: Oxford University Press.

DWORKIN, Ronald. *A Matter of Principle*. Cambridge: Harvard University Press, 1985

ENGELS, Friederich. *Anti-Dühring*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015

LOCKE, John. *Two Treatises of Government and A Letter Concerning Toleration*. Binghamton: Vail-Ballou Press, 2003

⁴ Ver a educação em Kerala, descrita por Sen (1992) ou a relação das mulheres com as instituições em países islâmicos, em Nussbaum (2003)

⁵ Ver regiões epidemiologicamente distintas ou o exemplo da diálise renal, ambas em Sen (1992)



LUND, William. Communitarian Politics and the Problem of Equality. *Political Research Quarterly*, Vol. 46, No. 4, 1993.

MACINTYRE, Alasdair. *After Virtue*. 3. ed. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2007.

MILANOVIC, Branko. Why We All Care About Inequality (But Some of Us Are Loathe to Admit It). *Challenge*, vol. 50, no. 6, 2007, pp. 109–120.

NOZICK, Robert. *Anarchy, State and Utopia*. New Jersey: Blackwell Publishers Ltda., 1974

NUSSBAUM, Martha C. Capabilities as fundamental entitlements: Sen and social justice. *Feminist Economics*, v.9, n. 2-3, p. 33-59, 2003.

NUSSBAUM, Martha C. Human Functioning and Social Justice: In Defense of Aristotelian Essentialism. *Political Theory*, vol. 20, no. 2, 1992, pp. 202–246

PEREIRA, Potyara A. P. O sentido de igualdade e bem-estar em Marx. *Katálysis*, v. 16, n. 1, 2013.

RAWLS, John. *A Theory of Justice: Revised*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

SEN, Amartya. *Inequality reexamined*. New York: Oxford University Press, 1992.

WOOD, Allen W. *The Free Development of Each: Studies on Freedom, Right, and Ethics in Classical German Philosophy*. Oxford: University of Oxford Press, 2014